



PARECER PRÉVIO Nº 20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10016/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Marã
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Dilmar Santos Ávila (Prefeito Municipal)
- 6- **Unidade Técnica:**
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1555/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Marã. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do **Sr. Dilmar Santos Ávila**, ex-Prefeito, da **Prefeitura Municipal de Marã, exercício 2011**, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais em relação à todas as impropriedades da Notificação nº 164/2014-DICAMI e irregularidades 01 e 02, 06, 13, 17, 20, 21, 23, 26, 31, 35 do relatório conclusivo de fls. 440-481.

- 10- **Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 18 de Abril de 2017
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho,



PARECER PRÉVIO Nº 20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JULIO CABRAL
Conselheiro

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10016/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Marã
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** DILMAR SANTOS ÁVILA (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:**
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1555/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Marã. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Encaminhamento.
Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Dilmar Santos Ávila**, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, da Prefeitura Municipal de Marã no exercício de 2011, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais em relação à todas as impropriedades da Notificação nº 164/2014-DICAMI e irregularidades 01 e 02, 06, 13, 17, 20, 21, 23, 26, 31, 35 do relatório conclusivo de fls. 440-481.
- 9.2. **Nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar multa** ao Sr. Dilmar Santos Ávila no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por não envio dos dados referentes aos balancetes, demonstrações contábeis e documentos de



ACÓRDÃO Nº20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

ato de gestão (contratos, notas de empenho e etc) de forma informatizada a esta Corte de Contas contrariando o que dispõe o art. 4º da Resolução TCE nº 10/2012. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

- 9.3. Nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, aplicar multa** ao Sr. Dilmar Santos Ávila no valor de RS 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01 e 02, 06, 13, 17, 20, 21, 23, 26, 31, 35 do relatório conclusivo de fls. 440-481). O valor deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ no prazo de 30 dias.
- 9.4. Encaminhar** os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.
- 9.5. Determinar** a Prefeitura Municipal de Marã nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- a) mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE/AM;
 - b) encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, observando o disposto na Resolução TCE/AM nº 16/2009;
 - c) implemente rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores;
 - d) atualize os registros cadastrais das empresas que participam de processos licitatórios, em conformidade com o artigo 36, § 1º, e artigo 37 da Lei federal nº 8.666/1993;
 - e) observe rigorosamente as regras da Lei municipal nº 106/1993,



ACÓRDÃO Nº20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

art. 1º e 2º, inciso I, com as alterações da Lei municipal nº 162/2001, em relação as prestações de contas das diárias do Poder Executivo;

- f) não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
- g) encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei estadual nº 2.423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- h) dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei nº 10.028/2000), quanto aos RGF;
- i) adote os procedimentos necessários à identificação e quantificação dos valores individualizada dos contribuintes devedores, para cobrança por meio de processos administrativos e/ou judiciais, sob pena da sanções do §1º do art. 22, da Lei estadual n.º 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c a alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 da Resolução nº 04/2002 do TCE/AM;
- j) nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I, da Lei federal nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8.666/93), entre outras;
- k) em caso de emergência, que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;
- l) realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;



ACÓRDÃO Nº20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- m) utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei federal nº 8.666/93;
- n) adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- o) atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- p) cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- q) cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial: a) formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo; d.1) número do processo e modalidade de licitação; d.2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d.3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d.4) campo específico do valor unitário e quantidade; d.5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc;
- r) observe as regras relacionadas à Lei federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III);
- s) atenda com rigor os artigos 14, 16, 20 e 26 da Lei federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- t) observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o



ACÓRDÃO Nº20/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

- u) e implementar rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores.

Rejeitada a proposta de voto do Auditor Relator com relação aos valores das multas aplicadas e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, sendo adotado por unanimidade o voto-vista do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral